

INTERVENÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO BÁSICO: RODA DE CONVERSA

Viviane Marques Sousa e Silva ¹

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise sobre as possibilidades de uma política pública nacional desdobrar--se em políticas de menor esfera, porém, efetivas. Discute a operacionalização da meta de número 4 do Plano Nacional de Educação nos planos municipais de educação em relação à formação continuada de professores para a inclusão escolar, por abordagem qualitativa, analisando o conteúdo dos Projetos Político Pedagógico das unidades Escolares.

A alma desta Intervenção é despertar mudanças comportamentais nos professores desenvolvendo uma postura responsável diante das problemáticas cotidianas referente à inclusão social no âmbito escolar, partindo de uma roda de conversa para promover a socialização de atitudes, estratégias e metodologias.

A iniciativa brotou durante uma formação continuada oferecida pela Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD, Órgão regulamentado e mantido pelo Governo do Estado da Paraíba, referência no Serviço de Habilitação e Reabilitação nas quatro áreas da deficiência (física, intelectual, visual e auditiva).

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas da formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas. (NÓVOA, 1997. p.27)

Os momentos de formação continuada para professores deve ser algo permanente e contínuo, para garantir que o processo educacional não fique estagnado, o diálogo e compartilhamento de estratégias e metodologias trazem dinamismo e

¹ Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - PB, vivianemarxsousa@hotmail.com;

inovações para a escola, consequentemente, melhorias no processo de Ensino e Aprendizagem.

Em análise a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no capítulo V do documento trata da Educação especial, afirmando seus objetivos e funcionalidades. No entanto, em 03 de Agosto de 2021, uma nova lei, nº 14.191, dispõe com algumas modificações da Lei inicial, dispondo sobre o fortalecimento da modalidade bilíngue de surdos, assim sendo, passa a vigorar acrescida do Capítulo V-A

Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida. (Brasil, 2021. p.

Promover a socialização dos aprendizados e das inovações com os demais professores de nossa unidade de trabalho, além de diagnosticar as necessidades dos educadores para que o trabalho de inclusão dentro da escola evolua a partir da troca de experiências, garantindo o direito de igualdade de Ensino aos alunos com deficiências.

Os resultados da pesquisa mostraram que os professores propõem, majoritariamente, formação aos professores em atendimento regular, concluindo-se que os planos, na maioria das vezes, se distanciam da construção de sistemas educacionais inclusivos e seguem uma concepção de educação especial centrada no atendimento educacional especializado.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico adotado para compor esse trabalho se construiu a partir de uma pesquisa participante, onde procurou-se, o envolvimento dos docentes e suas respectivas realidades. A pesquisa participante está relacionada com a produção coletiva do saber, e são orientadas pela ação da realidade da sociedade. É importante destacar que nesta, a ação não é obrigatória, mesmo que necessária delimitar o ato em sua observação (GIL, 2002). Afirma o autor Demo (2008) explica que a pesquisa



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

participante:

ISSN: 2359-2915

Produz conhecimento politicamente engajado. Não despreza a metodologia científica em nenhum momento no sentido dos rigores metódicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados (DEMO, 2008, p. 8).

Participaram da pesquisa 28 professores, da E.E.E.F. Escritor Alceu Do Amoroso Lima, situada na cidades de Campina Grande-PB.

Com o intuito de identificar as perspectivas e conhecimento prévio dos profissionais para então direcionar um encontro que atendesse às necessidades reais, elaborou-se um questionário através da ferramenta forms disponível na plataforma Google, encaminhando posteriormente aos professores através do aplicativo de conversação Whatsapp.

O evento intitulado “RODA DE CONVERSA: TROCA DE EXPERIÊNCIA POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA”, realizou-se no dia 18 de outubro de 2021, de forma síncrona pela plataforma google meet.

Para fortalecer a sensibilização, foi convidado um ex-aluno com deficiência para expor sua vivência, expondo o que seria válido na prática dos professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em busca de superar as dificuldades e de fornecer um mapeamento da realidade dos professores atuantes diante de alunos com deficiências, as perguntas formuladas possuíam inter-relação sequencial. As perguntas foram distribuídas da seguinte maneira: 1- Tempo de serviço como Educador; 2 – Conclusão de Pós-Graduação na área educacional; 3 – Interesse em Formação Continuada; 4 – Vivência com aluno com deficiência; 5 – Autoanálise dos conhecimentos para trabalhar com alunos com deficiências; 6 – Registro de necessidades e solicitação para a Educação Inclusiva ser eficiente.

Para a pergunta 1 foi obtido um índice 87,3% com mais de 20 anos em sala de aula, 12,5% possuíam uma experiência entre 6 a 19 anos e 0,2% estavam em sala de aula a menos de 5 anos. Na segunda pergunta observamos que 96,4% dos docentes possuem Pós-

Graduação. Observou-se que para a pergunta de número 3 que todos os docentes apresentam interesse em participar de Formações Continuidas, porém, 63,6% só fazem quando ofertadas pelo órgão empregatício, 27,3% busca Formações por conta própria e 9,1% relataram não ter acesso por falta de incentivo. De acordo com a quarta pergunta 90,9% dos professores relatou ter a experiência com aluno com deficiência. Em análise da pergunta cinco, observou-se que 54,5% dos professores afirmam que seus conhecimentos são insuficientes para trabalhar com metodologias inclusivas, 18,2% julgam seus conhecimentos razoáveis enquanto 27,3% citam seus conhecimentos satisfatórios. Na sexta pergunta ficou claro que a insegurança destes profissionais em trabalhar com alunos com deficiência seria melhorada caso houvesse capacitações, materiais e recursos adequados, o que ficou consolidado durante a roda de conversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o ensino inclusivo vem sendo um modelo desafiador para os docentes, verifica-se que os mesmos necessitam urgentemente se apropriar, de bases conceituais, teóricas, metodológicas para redimensionar seus planejamentos didáticos e suas práticas pedagógicas.

Em um momento em que a qualidade de ensino inclusivo tem sido uma preocupação recorrente, as instituições e os profissionais da área da Educação estão enfrentando a carência de direcionamentos. A maioria trabalha com o instinto educacional, porém sem a certeza de que suas metodologias irão agregar aprendizado aos alunos com deficiência.

Outra insegurança é quanto à propagação das Leis e modificações nas nomenclaturas, a divulgação não atinge efetivamente a classe dos professores. Muitos dos professores reconhecem seus conhecimentos para trabalhar de forma inclusiva insuficiente, porém, não tem acesso ou incentivo à formações voltadas à esta esfera.

Os resultados evidenciaram que a inclusão ainda é um desafio para muitos deles, a iniciativa de Formação continuada é uma prática indispensável para a melhoria tanto do processo de escolarização inclusiva quanto do processo desenvolvimento de nossos alunos que necessitam de atendimento especializado.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação Continuada, Formação de Professores, Roda de conversa.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Base da Educação, (**Lei nº9.394, 20/12/1996**), Brasília: MEC Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.191%2C%20DE%203,1%C2%BA%20O%20art. Acesso em 14/10/2021

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2 ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

GIL, NA. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

NÓVOA, A. **A formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1997.